

Sexta-feira, 23 de Junho de 2023
Valor Econômico

Sempre o Fiscal

Márcio G. P. Garcia¹

As boas notícias na economia têm vindo aos borbotões. Inflação, dólar e juros longos caem, abrindo o horizonte para o BC começar a baixar a taxa Selic a partir do segundo semestre. Previsões do crescimento do PIB se elevam, o nível de emprego permanece forte e a balança comercial bate recordes, na esteira de safras excelentes. E, como cereja do bolo, a agência de classificação S&P elevou a perspectiva do Brasil para positiva, pela 1ª vez desde 2019.

O governo e, em especial, a área econômica tem bons motivos para comemorar. Nessas horas, contudo, é que é preciso humildade e persistir no trabalho duro, que mal começou. Humores de mercado são sabidamente voláteis. Convém aproveitar os tempos bons para corrigir os erros e avançar com as reformas.

No caso da política macroeconômica, cujo calcanhar de Aquiles sempre foi a política fiscal excessivamente expansionista, trata-se de consolidar a forma final do arcabouço fiscal, e começar a implementá-lo de forma crível, bem como aprovar a reforma tributária no Congresso Nacional.

A obtenção das metas de superávit primário impostas pelo arcabouço exigirá continuados esforços para impedir novos gastos, muitos deles supérfluos. Mas não bastará conter a avalanche de pleitos por gastos novos, pois os já contidos no arcabouço irão requerer substancial aumento de receita fiscal. O que dependerá de muitos fatores, sobretudo do crescimento econômico e de aumento substancial da receita. Obter receitas novas exigirá muito dos dotes de negociador hábil que o Ministro da Fazenda vem demonstrando junto ao Congresso Nacional.

Os próximos meses serão decisivos para sinalizar se o arcabouço fiscal terá chance de ser bem-sucedido em instituir uma política fiscal convincente que garanta a sustentabilidade da dívida pública. Se os tempos bons forem desperdiçados em gastos megalomaniacos ou mal concebidos, como ocorreu no segundo governo Lula, já sabemos que o que nos aguarda, cedo ou tarde, não terá bom desfecho.

As indicações que ora temos não são boas, com programas açodados, arcaicos e malfeitos, além de muito caros, como redução de impostos para carros supostamente populares, ou a retomada de um papel muito mais ativo do BNDES e outros bancos públicos distribuindo crédito subsidiado à larga. Tudo isso já vimos e o final é bem conhecido e não é feliz.

Marcos Mendes compila longa lista de iniciativas caras que põem em risco o sucesso do arcabouço: volta da política de indexação do salário mínimo à variação real do PIB; volta da vinculação de gastos com saúde, educação e emendas parlamentares à variação da receita (estavam crescendo de acordo com a inflação); derrubada do dispositivo do arcabouço que indexava o Fundo Constitucional do Distrito Federal ao crescimento do limite de gastos,

¹ Professor Titular, Cátedra Vinci Partners, Departamento de Economia da PUC-Rio, e Pesquisador Afiliado da MIT Sloan School of Management, escreve mensalmente neste espaço (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>).

mantendo-o vinculado à receita; retirada do teto do arcabouço fiscal das despesas com ciência e tecnologia; política agressiva de contratação de novos funcionários e aumento real de salários do funcionalismo.

A questão aqui não é discutir o mérito de cada uma das políticas. Isso é o que o Executivo e o Legislativo devem fazer. O que aqui importa é que a tentativa de executar todos esses gastos adicionais põe em risco a estabilidade econômica, o que inviabilizaria o crescimento econômico e, mais cedo ou mais tarde, a própria viabilidade dessas políticas. Um país que se curou da hiperinflação há menos de 30 anos deveria saber disso.

É fútil arguir que o arcabouço fiscal impediria o risco de cauda de a dívida pública sair do controle. Se o teto de gastos, com status de preceito constitucional, foi rompido tantas vezes na tentativa de reeleger o presidente anterior, por que o arcabouço fiscal, que é apenas uma lei, passível de ser modificado mais facilmente pelo Congresso Nacional, teria melhor sorte?

É indispensável que o exemplo venha de cima, com o Presidente da República dando mão forte à área econômica para dizer não ao que ponha em risco a estabilidade econômica. Lula fez isso em 2003. Será sonhar demais que ele consiga novamente conduzir nossa economia a um processo de crescimento sustentado?